



## Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

**Rio de Janeiro, 14 de junho de 2024.**

**Carta FNP nº 060/2023**

**À**

**Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS**

**Sr. Magda Chambriard**

**Presidente da Petrobrás**

**C/C: Danilo Silva**

**Assessor da Presidencia**

**C/C: Clarice Coppetti**

**Diretora de Assuntos Corporativos**

Prezada,

A Federação Nacional dos Petroleiros – FNP, nas atribuições que lhe concerne, conforme reunião agendada para o dia 17/06/2024, informa o nome dos diretores que irão representar esta Federação:

Sindipetro RJ: Eduardo Henrique Soares da Costa, Ana Paula Baião, Antony Devalle e Roberto Ribeiro;

Sindipetro LP: Adaedson Costa, Márcio André e Tiago Nicolini;

Sindipetro ALSE: Luciano Alves, Thiago Ítalo, Sidney Melo;

Sindipetro SJC: Rafael Prado e Michelle Ribeiro;

Sindipetro PAAMMAAP: Bruno Terribas e Agnelson Camilo.

A Federação Nacional dos Petroleiros – FNP, parabeniza pela nomeação para administrar a maior empresa do país, uma das maiores empresas do mundo e deseja sorte nesta grande responsabilidade com o Brasil.

Neste diapasão, disponibilizamos o quadro técnico, jurídico e político da Federação para ajudar no detalhamento das demandas, pois a categoria petroleira guarda uma grande esperança de reconstrução da Petrobrás e políticas de valorização de quem produz sua riqueza.

A Federação Nacional dos Petroleiros e seus Sindicatos estiveram com os trabalhadores e trabalhadoras do país na luta para impedir a continuidade do governo anterior, defender a Petrobrás e as empresas estatais. No entanto, reafirmamos nossa independência com relação aos governos e aos patrões, e sabemos que as mudanças necessárias passam pela mobilização da classe trabalhadora.

Apostando em um novo momento de diálogo das entidades sindicais aqui representadas com a gestão da companhia, no intuito de alcançarmos conquistas significativas para o povo brasileiro e para os



## Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

trabalhadores do Sistema Petrobrás, ativos e aposentados, próprios e terceirizados, sintetizamos abaixo os pontos chaves:

### **PROPOSTAS:**

#### **1. CESSAR A VENDA DE ATIVOS**

**1.1** – Compromissos: Imediata interrupção da venda de ativos – Campos maduros, PBIO, entre outros. Revogação dos processos de vendas em curso (independente da etapa em esteja, se em vias de *signing* ou *closing*) e arrendamentos.

#### **2. INCORPORAÇÃO DE TODAS AS SUBSIDIÁRIAS À HOLDING**

#### **3. MUDANÇAS NA POLÍTICA DE PREÇOS, POLÍTICAS SOCIAIS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA**

**3.1** – Mudança na política de preços, desvinculação dos preços internacionais, preços baseados no custo de produção interna e a retomada do abastecimento estatal com a reversão das vendas das subsidiárias e refinarias! Fazer uma auditoria Interna para apurar as vendas irregulares e a preço vil para processar por improbidade administrativa os gestores cometeram irregularidades! Sem anistia para os entreguistas!

#### **4. VOLTA DOS INVESTIMENTOS**

- 4.1**– Construção de sondas e plataformas próprias no Brasil com a operação própria;
- 4.2**– Conclusão do COMPERJ, Premium I e II, RNEST, retomada das FAFENs Bahia, Araucária e Sergipe, das usinas de biocombustíveis etc.;
- 4.3**– Modernização e ampliação das refinarias, plataformas e terminais;
- 4.4**– Construção de uma UPGN em terra no estado de Sergipe.

#### **5. SOBERANIA A TECNOLÓGICA**

- 5.1**- Paralisar o desmonte do CENPES, com a retomada da atividade de P&D nos laboratórios e áreas experimentais do “campus” do CENPES na ilha do Fundão, e retorno destas áreas às gerências setoriais, encerrando as gerências específicas de laboratórios: - Local de pesquisador é no local de pesquisa!
- 5.2**- Maior autonomia do CENPES quanto a proposição de pesquisas, gestão da verba destinada ao P&D, e valorização da dedicação dos pesquisadores ao trabalho de P&D, e não a burocracia de gestão de contratos.
- 5.3**- Valorização da pesquisa interna e do domínio exclusivo de tecnologias que são as garantidoras da soberania da Petrobrás.
- 5.4**- Fim da valoração das propostas de projetos com estimativas impossíveis, improváveis, irrealistas e tendenciosas.
- 5.5**- Estabelecer a obrigação de que parte do trabalho de P&D externo contratado seja realizado nos laboratórios e áreas experimentais do CENPES.



## Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

**5.6** - Condicionar a indicação de gestores para o CENPES de petroleiros que entendam de P&D e engenharia de ponta, que tenham conhecimento de história e geopolítica da tecnologia e sejam sabatinados pela comunidade dos pesquisadores do CENPES.

### **6. DEMOCRACIA NA PETROBRÁS E LIBERDADE SINDICAL**

**6.1** – Manutenção da liberação de acesso de dirigentes sindicais (ativa e aposentados) a todas as unidades do Sistema Petrobrás;

**6.2**– Não perseguição a dirigentes e ex-dirigentes sindicais, ativos e aposentados.

**6.3** - Transparência: as reuniões devem ser transmitidas à categoria para ampliar a participação no processo negocial e valorizar o espaço negocial, todas reuniões devem ter ata;

**6.4** - Incentivo à sindicalização e participação em assembleias com canal de comunicação aberto com o sindicato que deixará de ser bloqueado nos meios de comunicação da empresa; Retorno dos escaninhos nos prédios para disponibilização de material sindical hoje impedido pela gestão;

**6.5** - Debater com a FNP as medidas reparatórias a serem assumidas pela Petrobras conforme sugerido no “Informe Público – Pesquisa Responsabilidade de empresas por violações a direitos durante a ditadura: Caso Petrobras” (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense – CAAF da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp e IIEP – Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas);

[https://sindipetro.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Informe-Publico-Pesquisa-Petrobras-](https://sindipetro.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Informe-Publico-Pesquisa-Petrobras-VF_Caaf_24abr23-1.pdf)

[VF\\_Caaf\\_24abr23-1.pdf](https://sindipetro.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Informe-Publico-Pesquisa-Petrobras-VF_Caaf_24abr23-1.pdf)

**6.6** – Anistia das multas das greves de negociação de Acordo Coletivo;

**6.7** – Retirada da ação contra o Observatório Social da Petrobras;

**6.8** – GT operacional para acordos e reconhecimento do mérito em processos judiciais em curso (ações coletivas em curso e ações individuais históricas, ações contra dirigentes sindicais);

**6.9** - GT para discutir e organizar os acessos ao sindicato aos seus sindicalizados, por exemplo, com a participação dos sindicatos em processos de apuração de falta grave que possam gerar demissão aos sindicalizados e os pontos já mencionados;

**6.10** - Fim da compensação forçada de horas;

**6.11** - Eleição direta para gestores (incluindo Diretoria e Presidente).

### **7. Petros/AMS**

**7.1** - PETROS: Pagamento das dívidas da patrocinadora com os PPSPs, através de acordos judiciais e eleição para diretores por parte dos trabalhadores para a Petros de administração e previdência, conforme acordo AOR de 2001;

**7.2** - AMS: Retorno à autogestão pelo RH pela Petrobrás (Fim da APS) e GT para redução de custo por parte dos trabalhadores e apresentação dos memoriais de cálculo dos custos de AMS.

**7.3** - Relação de custeio em 80x20 para aposentados, aposentadas e pensionistas como forma de reparação da política de sufocamento financeiro feita nos últimos anos;

**7.4** - **Atendimento AMS / Petros presencial** – Aposentados (as), pensionistas e trabalhadores(as) da ativa região demandam urgentemente o retorno do atendimento presencial para tratar de questões da



## Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

AMS e Petros, em postos avançados dos Serviços Compartilhados, para que tenham um acolhimento mais eficiente e humanizado. Desde que o serviço foi extinto, as reclamações são constantes aos Sindicatos pela falta de eficiência e dificuldade de acesso a informações e procedimentos.

**7.5 - Credenciamento de hospitais** - Retorno do credenciamento de hospitais de referência nas bases de nossa representação territorial. Exemplo: Amazônia - Hospital Porto Dias em Belém (PA): Hospital São Domingos em São Luís (MA);

**7.6- Rede credenciada** - Cadastramento de mais profissionais;

**7.7-** Fim da APS com retorno da AMS gerida pela Petrobrás;

**7.8-** Investigação de possíveis ilícitos por parte dos criadores da APS;

**7.9-** Transparência na apresentação das contas da AMS;

**7.10** - Reinserção dos excluídos da AMS, bem como a negociação dos seus respectivos débitos;

**7.11** - Pagamento da dívida com a Petros, conseqüente suspensão do PED e devido reembolso onde couber, aliviando significativamente o sofrimento atual de milhares de aposentados e ativos;

**7.12** - Pagamento dos impactos dos custos referentes ao avanço de nível para a Petros;

### **PROPOSTAS PARA GESTÃO DO SISTEMA PETROBRÁS NO QUE CONCERNE À REESTRUTURAÇÃO, POLÍTICAS SOCIAIS E VALORIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E APOSENTADOS/PENSIONISTAS**

#### **1. POLÍTICAS DE ISONOMIA**

**1.1**– Isonomia entre Petrobras e subsidiárias;

**1.2**- Teletrabalho;

**1.3**– Terceirização x Concurso Público;

**1.4**– Política para os novos trabalhadores.

#### **2. CONDIÇÕES DE TRABALHO**

**2.1**– Manutenção da sede do Pré-sal no estado de São Paulo, cidade de Santos.

**2.2**– Efetivo X Segurança Operacional – Estudo O&M (GT urgente para tratar de efetivo em todo o Sistema Petrobras);

**2.3**– Política de lotação;

**2.4**– Transferências/Isonomia (APT E APTT);

**2.5**– Isonomia na relação Trabalho X Folga entre próprios e contratados;

**2.6** - Política de garantias de direito nos contratos terceirizados;

**2.7** - Condições de trabalho nas plataformas (Elevadores, acessibilidade, camarotes femininos, etc.)



## Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

### **3. REESTRUTURAÇÃO**

- 3.1** – Retomada de investimentos em AL/SE;
- 3.2** – Forma de contratação;
- 3.3** - Nova UPGN de terra;

### **4. POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E SEGURANÇA**

- 4.1** – Fim do PCR;
- 4.2** – Remuneração variável - Fim do PPP com pagamento de PLR para todos;
- 4.3** – SMS: Fortalecimento das CIPA e política contra assédios sexual e moral;
- 4.4** – Acordo de parada de manutenção;
- 4.5** – Brigada própria.

### **PAUTAS PREMENTES**

- 1.** Política de preços de combustível, desvinculação da cotação internacional, composição a partir dos custos de produção, imposto sobre exportação de óleo cru; não à conta de estabilização às custas do dinheiro público;
- 2.** Não ao pagamento bilionário de dividendos, sim ao choque de investimentos!
- 3.** Imediata interrupção da venda de ativos - Albacora Leste, campos maduros, PBI0, entre outros. Revogação dos processos de vendas em curso (independente da etapa em esteja, se em vias de signing ou closing) e arrendamentos.
- 4.** Fim imediato dos movimentos para terceirização das atividades no Sistema Petrobrás, com a abertura de concurso para suprir as vagas necessárias, visando especialmente ao nível médio para recompor o efetivo seguro nas áreas operacionais; Interrupção imediata das terceirizações recém-implantadas ou em preparação e implantadas- ex.RJ - Planta Piloto, Destilação (R4) e divisão da Operação do CENPES, EDISE, COMPERJ (utilidades, casa de força, laboratório), Transpetro etc.
- 5.** Revisão e nova orientação para modelos de contratos, garantindo piso próximo ao ACT da contratante e direitos similares, como plano de saúde, transporte, periculosidade, etc;
- 6.** Reconhecimento do mérito na ação da RMNR e pactuação para o pagamento devido;
- 7.** Pactuação coletiva do Teletrabalho conforme proposta de regulamentação já enviada pela FNP, com destaque para flexibilização de dias presenciais sendo contabilizados mensalmente.
- 8.** Fim do PPP e da curva forçada; Pactuação da PLR conforme proposta apresentada pela FNP;
- 9.** Fim do PCR, compensação ao PCAC e alteração nas limitações do Mobiliza (movimentações interna e externa), aporte financeiro no PCAC que ficou estagnado com a valorização do PCR (isonomia entre PCR e PCAC em termos de níveis e abono pago - ações judiciais em curso);



## Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

10. Fim do assédio, exoneração de todos os assediadores e seus superiores omissos;
11. Desconstrução da gestão bolsonarista, do topo ao piso da gestão da empresa, num primeiro momento no RH, Jurídico e ISC
12. Anistia e reparação para os petroleiros perseguidos, demitidos ou punidos por greve e outros motivos, especialmente - Leninha, Ana Paula, Alessandro, Rafael, Wesley entre outros;
13. Resolução dos casos pendentes de anistiandos e anistiados;
14. Retorno dos investimentos em Cultura;
15. Acessibilidade de equipamentos e estruturas para os trabalhadores/trabalhadoras PCDs;
16. Ampliação do gasoduto Bolívia-Brasil para buscar o gás da Argentina;
17. Resgate das pesquisas pelo CENPES de interesse nacional;
18. Resposta do Ofício Carta FNP 029/2024.

### TRANSPETRO

Nos últimos anos, temos assistido uma gradual e constante separação da Transpetro por parte da Petrobras holding, tendo como exemplos:

- Derrotas em perda de leilões de áreas portuárias (Maceió/AL, Cabedelo/PB)
- Contratação, pela Petrobras, de outras empresas para operação de serviços que poderiam ser realizados pela própria Transpetro;
- Diferenciação de cláusulas e condições nas negociações coletivas;
- Pagamento de baixas tarifas pela holding à subsidiária pelos serviços prestados;
- Contratação de empresas concorrentes para realização de serviços prestados pela Transpetro na mesma região. Exemplos: Petrobras contratou a Atem em Belém/PA e a Ultracargo no Porto da Vila do Conde, em Barcarena/PA para armazenamento de produto;

É preciso que a Petrobras, como acionista integral da Transpetro, escolha a empresa como empresa de logística para realização de suas operações de transporte, transferência e estocagem. Ou, ainda, como representante logística quando necessitar a movimentação de produtos onde a Transpetro ainda não atue.

Propomos, entre outras medidas estratégicas:

- Investimento e modernização da Transpetro, retomando seu papel de braço logístico integrado à Petrobras;
- Repassar para administração da Transpetro os ativos operados por esta;
- Investimento em tancagem e dutos para biocombustíveis. Não à entrega desta logística a empresas estrangeiras e suas sócias locais



## Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

- Retomada de atividades em Macapá (AP);
- Apoio à Transpetro para enfrentamento das questões jurídicas e de licenciamento ambiental contra as operações *Ship to Ship* no Amazonas e no Pará;

### DEZ PONTOS PARA UMA PETROBRÁS PARA OS BRASILEIROS

1. Acabar com o PPI (Preço de Paridade de Importação) para reduzir o valor cobrado para a gasolina, o diesel e o gás de cozinha. O preço dos combustíveis deve ter como referência os custos internos de produção e refino - um dos mais baixos do mundo.
2. Diminuir a margem de lucro da Petrobrás e dos distribuidores privados, que está em 328% no litro de gasolina e 401% no litro do diesel, para garantir preço justo nos combustíveis.
3. Resgatar a Petrobrás como empresa integrada de energia, do poço ao posto, com a anulação dos leilões, concessões e privatizações, passando pela BR Distribuidora, refinarias, subsidiárias, termelétricas e setor petroquímico.
4. Retomar a construção das refinarias de Abreu e Lima (PE), COMPERJ (RJ), Premium I (MA) e Premium II (CE), para garantir a autossuficiência nacional; e recuperar as fábricas de fertilizantes alugadas, vendidas ou hibernadas, para garantir a soberania alimentar do país.
5. Reservar parte do lucro para a transição energética, viabilizando ações de preservação ambiental em todo o país e a construção de uma matriz renovável que proteja o planeta, com investimento em energias alternativas e renováveis, como a eólica, a solar e os biocombustíveis. Utilizar o gás natural como fator de transição da matriz fóssil para uma matriz energética renovável.
6. Retomar o papel da Petrobrás nos Estados onde encerrou atividades, especialmente no Nordeste, região com grandes descobertas na camada do pré-sal.
7. Criação de um imposto de exportação de óleo cru, direcionando os recursos para saúde, educação, transporte e cultura, meio ambiente e desenvolvimento da indústria nacional, com a criação de empresas estatais de construção civil, serviços e tecnologias.
8. Pela retomada de concursos públicos, valorização da força de trabalho e fim da terceirização, incorporando todos os contratados pela Petrobrás. Readmissão dos demitidos políticos reconhecidos pelo movimento.
9. Gestão com transparência, democracia e constante fiscalização pelos trabalhadores e população, a fim de evitar corrupção, nepotismo, apadrinhamentos e demissões injustificadas. Eleição da Diretoria e elaboração do plano estratégico pelos trabalhadores, com controle popular.
10. Retomar uma Petrobrás 100% estatal, recomprando suas ações - especialmente negociadas na Bolsa de Nova York - e fechando seu capital. Além disso, restituir o monopólio estatal do Petróleo e Gás.



## Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

### ANEXO 1 - CONSIDERAÇÕES E DEMANDAS COMPLEMENTARES

#### **PBIO - Petrobrás Biocombustível tem que ser incorporada e retornar ao trilho do futuro**

Colocada à venda, em 2020, em processo de privatização com irregularidades, a subsidiária deve ter processo de privatização cessado no novo governo. Mais que isso, é fundamental a incorporação da PBIO e de seus empregados à Petrobrás controladora, inclusive para impossibilitar eventuais futuros intentos privatizantes.

Diante da enorme importância desenhada no setor de Energia mundial para as alternativas energéticas, o tema é sem dúvida um dos que ganha cada vez mais repercussão e projetos de investimentos das economias estatais internacionais, tanto que a Petrobrás manteve publicamente o discurso de investimentos, por exemplo, no biodiesel. Em 2022, a hierarquia privatista chegou a incluir no Plano Estratégico da Petrobrás controladora a construção de uma biorrefinaria dedicada à produção de diesel renovável e festejou a conclusão do primeiro teste de produção de bioquerosene de aviação (bioQAV) com resultados “promissores”.

No Brasil, a PBIO está entre as seis maiores do setor e há o importantíssimo fato de que a adição de biodiesel no diesel é obrigatória. Atualmente, a adição é de 12%, o chamado B12, mas a previsão é de que chegue a 15% ainda em 2023. E tramita no Congresso Nacional um projeto que prevê a adição de 20% de biodiesel ao diesel, o B20, até 2028. São propostas que foram canceladas por Bolsonaro, mas têm sido defendidas pelo Sindipetro-RJ, que vê o aumento do biodiesel no diesel e a PBIO como parte do caminho de transição energética.

A PBIO significa o ápice, em 2008, da implementação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel no Brasil que começou em 2004. É uma grande produtora de biodiesel e pioneira em transição energética que investiu em pesquisa durante 12 anos para diminuir o percentual de fontes fósseis na matriz energética nacional.

No mesmo ano, 2021, o Ministério das Minas e Energia divulgava que o mercado de biocombustíveis estava “pujante” com crescimento em 2020 a ponto de o Brasil ficar em segundo lugar na produção de biocombustível a partir do milho.

Ao oferecer a PBIO para a venda, Bolsonaro e a hierarquia privatista colocaram no pacote todos os empregados da subsidiária, dispensando expertise e construção de referência no Setor!

Trata-se de um grupo de trabalhadores valorosos, altamente qualificados, aptos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa nesse setor com detenção de conhecimentos em agricultura, negócios envolvendo agricultura, tratamento de óleos vegetais, mercado de óleos e gorduras. Muitos adoeceram desde que a empresa foi colocada à venda por conta das bruscas mudanças que ocorreram e de toda a violência psicológica exercida, na prática, pela hierarquia privatista.

O Brasil não pode perder nem uma grande empresa com mais de uma década de experiência como a PBIO, nem os mais de 100 empregados admitidos em concurso público realizado em 2010.



## Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

A PBIO não ter sido ainda retirada do rol de privatizações e sequer o teaser ter sido cancelado é uma afronta, ainda mais depois da TBG e das refinarias ainda não privatizadas terem sido retiradas do rol de privatizações.

Além disso, é muito importante que a PBIO e seus empregados sejam incorporados à Petrobras controladora. O setor de biorrefino da Petrobras controladora não deve concorrer com a PBIO, mas, pelo contrário, essas duas partes do mesmo Sistema Petrobras devem se entrelaçar cada vez mais e mais rapidamente, para que o resultado de seus trabalhos seja efetivamente complementar e apontem numa mesma direção. Por exemplo, a PBIO pode ser a fornecedora de biodiesel pra Petrobras controladora. E, em vez de uma subsidiária, a PBIO incorporada na controladora facilitará imensamente, no nosso ponto de vista, que o segmento geral de biocombustíveis seja realmente articulado de maneira muito bem estruturada, inclusive com ganhos de escala, que podem ser utilizados não apenas no campo administrativo e da produção mais direta, mas também na construção, de forma ampliada, da cadeia de produtores de matérias-primas da agricultura familiar, fortalecendo o caminho de certificações que agregam valor ao produto final.

### **MARGEM EQUATORIAL - RESOLUÇÕES APROVADAS NO CONGRESSO DO SINDIPETRO/PA/AM/MA/AP**

- Apoio à fase de exploração do Projeto Amapá Águas Profundas;
- Brasil deve conhecer as reservas de seus recursos naturais estratégicos, numa perspectiva geopolítica e de soberania energética;
- Caso provadas as reservas, criação de um novo marco legislativo para a Margem Equatorial;
- Royalties dos municípios abrangidos devem ser destinados exclusivamente para saneamento, saúde e educação básica;
- Recursos oriundos da Margem Equatorial devem ter 50% de destinação para a transição energética, projetos de sustentabilidade e desenvolvimento científico;
- Participação ativa das organizações da categoria nos debates e decisões sobre a campanha exploratória, além dos representantes das comunidades tradicionais, povos originários e entidades ambientais.
- Criação de grupo de trabalho interministerial e com a participação dos sindicatos, federações, centrais sindicais, Petrobras, Ibama, ANP, para debater o projeto.
- Realização de estudos para estabelecimento de metas de geração de empregos na região, com adoção de conteúdo e mão de obra local e regional;
- Criação de escolas técnicas com cursos voltados para a área de petróleo e gás e áreas industriais afins no município de Oiapoque (AP) e outros em que haja com embarques para a Margem Equatorial;
- Que a Petrobras firme parcerias e convênio com as universidades públicas federais e estaduais da região, incentivando a pesquisa e o aprofundamento dos estudos técnicos e científicos relacionados à Margem Equatorial;



## Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

- Garantia da representatividade sindical do Sindipetro PA/AM/MA/AP para os trabalhadores das empresas contratadas para o projeto (Ocyan, etc.);
- Que todas as operações sejam realizadas diretamente pela Petrobras, com a construção de plataformas e navios sondas próprias;
- Petrobrás deve garantir investimentos em estudos ambientais e sobre impactos aos povos originários e a biodiversidade marinha da Foz do Amazonas, bem como programas de proteção ambiental na região, em parceria com as universidades públicas e movimentos sociais;
- Apoio às reivindicações das comunidades tradicionais, conforme Recomendação Conjunta 17/2022 dos Ministérios Públicos do AP e PA e artigo 6º da Convenção no 169 da OIT: “realização de consulta prévia, livre, informada e com boa-fé aos povos indígenas e comunidades tradicionais interessados, devendo ser estritamente observados, inclusive, os respectivos Protocolos de Consulta e Consentimento elaborados pelas próprias comunidades impactadas”;
- Disponibilização dos estudos e levantamentos ambientais realizados por órgãos do governo federal e da Petrobrás para subsidiar os Sindicatos e Federações;
- Retomada das atividades da Transpetro no estado do Amapá (porto de Santana), como base de apoio logístico para as atividades do Projeto Amapá Águas Profundas.

**Refinaria Premium I – Maranhão** - Retomada das obras da refinaria de Bacabeira (MA), paralisada em 2015, para proporcionar a autossuficiência nacional em refino e impulsionar o desenvolvimento regional do Maranhão. O estado tem ainda localização estratégica e estrutura portuária adequada para atendimento a mercados consumidores externos.

**Reestatização das usinas termelétricas de Manaus (AM)** - Reestatização das usinas termelétricas Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui em Manaus (AM) vendidas pela Petrobras para o grupo estadunidense Ceiba Energy por R\$ 304 milhões em 2021 e cujo Direito de Reversão - “Complexo PIEs” foi vendido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras para o grupo Âmbar Energia S.A em 10 de junho de 2024.

### TBG

A TBG foi criada no contexto de um esforço diplomático junto à Bolívia e está relacionada à integração energética latino-americana. Uma integração nesse campo é importante não "apenas" para os países envolvidos, mas também pra Petrobras, na medida em que ajuda a abrir portas pra atividades conjuntas. Ainda que o Pré-Sal tire a dependência do Brasil do gás boliviano, trata-se de um importante complemento.

Além disso, a TSB, parte da TBG, faz parte da logística de integração energética do Cone Sul. Em ambos os casos, são gasodutos sem concorrência direta, cuja privatização, ainda que em menor grau, traria problemas semelhantes aos trazidos pela privatização da NTS.

O Cade tem agido numa lógica privatista, em vez de realmente ser um órgão anti-truste. E mesmo na Lei do Gás há brecha para que a Petrobras não se desfaça da TBG.



## Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

É uma empresa lucrativa, que contribui para o Sistema Petrobras, tanto em termos financeiros quanto em termos de imagem.

Sua privatização representaria desemprego, tendo em vista que todo o histórico de privatizações, tanto no Brasil como no mundo, incluindo exemplos atuais no Sistema Petrobras, notadamente o da BR, evidenciam que elas são precedidas e, sobretudo, acarretam uma brutal diminuição dos quadros.

Foi muito importante, portanto, a retirada da TBG do rol de privatizações, realizada recentemente, mediante um aditivo ao Termo de Compromisso de Cessação (TCC). Ainda assim, há restrições nesse aditivo que acabam significando ou pelo menos abrindo bastante margem para a privatização indireta da TBG, por mais que o seu controle acionário continue com a Petrobras. Notadamente, restrições na indicação de conselheiros e, especialmente, na impossibilidade de empregados da Petrobras controladora serem cedidos para a diretoria de comercialização da TBG e na vedação para a Petrobras participar diretamente da definição dos rumos da TBG. Nesse sentido, queremos que a Petrobras se empenhe para que essas restrições sejam retiradas.

Defendemos também que a Petrobras construa caminhos para incorporar diretamente a TBG e seus empregados.

### **Reversão das vendas com o retorno da Petrobrás para setores estratégicos na geração de empregos e desenvolvimento regional e nacional:**

- Revogar a venda do Polo Alagoas, 7 concessões. Venda fraudulenta e que impactou a economia e desenvolvimento regional. A União através do Conselho Nacional do Petróleo investe recursos públicos em Alagoas desde 1940 com as primeiras campanhas geofísicas no Estado;
- Revogar venda do Polo Sergipe. Venda de 10 campos mais o campo Carmópolis que é um campo gigante e produz desde 1963. Venderam junto com o Tecarmo e o oleoduto Bonsucesso;
- Revogar as vendas de campos terrestres na BA, RN e norte capixaba;
- Cancelar os processos de vendas dos Polos potiguar e Bahia.
- Campos em águas rasas em todo país, participações em águas profundas e ultraprofundas, SIX, Lubnor, BR Distribuidora;

**Plantas de metanol na Bahia** - estratégico para setor petroquímico; **FAFEN Três Lagoas MS**; **Participações na termelétrica UEG (PR)**; **Direitos Minerários de potássio na Amazônia**; (potássio é matéria prima para fertilizantes - altamente estratégico por ser no interior da Amazônia e pela segurança alimentar do país);

**Ativos na margem equatorial no RN**; nova fronteira exploratória que permitirá a Petrobrás ser indutora da transição energética no Brasil;



## Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

### **RETOMADA DO PROJETO MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DA PETROBRÁS EM PARCERIA COM AS ENTIDADES SINDICAIS**

Defendemos que este projeto, que teve seu conteúdo ([memoria.petrobras.com.br](http://memoria.petrobras.com.br)) sumariamente retirado do ar em 2016, no início do governo Temer, seja retomado o quanto antes. Tanto por representar uma guinada na medida autoritária que foi sonegar à sociedade os resultados de um projeto bem-sucedido, quanto pela necessidade de aprofundar a preservação e conservação do acervo histórico, documental e de memória das entidades sindicais, cuja política de preservação tem em algumas instituições boas práticas que podem ser replicadas para as demais.

Afinal de contas, estamos tratando também de parte fundamental da história da própria Petrobras, que reforçaria sua homenagem às organizações de seus trabalhadores que, em especial neste passado recente, tanto lutaram pela preservação de seu caráter estatal e em defesa de uma política energética a serviço da maioria do povo brasileiro.

#### **ANEXO 2 – PROPOSTA DE CLÁUSULA SOBRE TELETRABALHO JÁ APRESENTADA PELA FNP**

##### **Cláusula 98. Teletrabalho**

Acordam as partes que o regramento teletrabalho será parte integrante do presente acordo.

**Parágrafo 1º** - A companhia manterá uma comissão nacional paritária, composta por representantes da companhia e das entidades sindicais, com o objetivo de discutir especificamente os termos referentes à saúde e segurança para os empregados em condições de teletrabalho, tais como, ergonomia, acidente de trabalho, excesso de jornada, saúde mental e demais temas.

**Parágrafo 2º** - Os empregados que optarem pelo teletrabalho farão jus a um apoio financeiro no momento da adesão em uma parcela para adequação da residência e um apoio mensal com o objetivo de subsidiar gastos com energia elétrica, rede de dados, manutenção de equipamentos, etc e serão acordados com as entidades sindicais anualmente em comissão paritária.

**Parágrafo 3º** - A Companhia se compromete a garantir o fornecimento de notebook para todos os empregados que optarem pelo regime de teletrabalho.

**Parágrafo 4º** - A Companhia garantirá o pagamento de horas extraordinárias no regime de teletrabalho.

**Parágrafo 5º** - A Companhia garantirá que os aplicativos corporativos, quando instalados em dispositivos pessoais dos empregados, funcionarão somente dentro do horário administrativo, ficando vedado seu uso após este horário.

**Parágrafo 6º** - A Companhia veda em qualquer condição a utilização de aplicativos não corporativos para troca de mensagens corporativas.

**Parágrafo 7º** - A Companhia garante que o empregado será avisado com antecedência de 48 horas caso precise trabalhar em um dia originalmente planejado para teletrabalho



## Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

**Parágrafo 8º** - A Companhia garante que o regime misto terá restrição de dias presenciais por mês, ou seja, o trabalhador optará pelo total de dias presenciais no mês quando optar pela adesão ao teletrabalho, sem restrição específica por semana na negociação da escala com seu gestor

**Parágrafo 9º** - A Companhia realizará anualmente uma capacitação junto aos gestores para conscientização das mudanças na gestão dos trabalhadores decorrente do teletrabalho.

I - Esta capacitação dos gestores terá o programa definido pela comissão paritária.

**Parágrafo 10º** - A Companhia se compromete a não excluir os acidentes de trabalho ocorridos na residência do empregado.

**Parágrafo 11º** - A Companhia irá realizar acompanhamento específico para os empregados em teletrabalho para identificar problemas de postura relativos a ergonomia, bem como, doenças psicológicas, tais como, burnout, depressão entre outros.

I - A Companhia realizará um programa de avaliação de riscos do ambiente laboral dos empregados em teletrabalho, fornecendo um sistema para registro de desvios, que deverá ser avaliado pela equipe de SMS da empresa.

II - A Companhia elaborará uma cartilha a ser entregue aos empregados que aderirem ao teletrabalho, abordando entre outros a forma para registrar e avaliar acidentes de trabalho ocorridos na residência e como identificar sinais iniciais de burnout e outras doenças psicológicas pertinentes e como registrar demandas ao SMS.

**Parágrafo 12º** - A Companhia garantirá para os empregados que sejam PCD (pessoas com deficiência) ou tenham dependentes que sejam PCD a opção de teletrabalho integral.

**Adaedson Bezerra Costa/Eduardo Henrique Soares da Costa**  
**Secretaria Geral – Federação Nacional dos Petroleiros**